

O desafio de reestruturar a moradia para famílias que vivem em áreas de risco

Matéria publicação no jornal impresso do Diário de Petrópolis no dia 14 de março de 2022.

Notícia

O desafio de reestruturar a moradia para famílias que vivem em áreas de risco

Levantamento do IBGE mostra que 72 mil pessoas vivem em áreas de risco em Petrópolis
Município tem 234 áreas de risco alto e muito alto - 18% do território da cidade



Foto: Fernando Frasco

Jaqueline Ribeiro - especial para o Diário

O temporal que atingiu a cidade no dia 15 de fevereiro, deixando 233 mortos, quatro desaparecidos e quase três mil famílias desabrigadas ou deslocadas trouxe à tona um desafio. Já apontado em diferentes estudos conduzidos pelo poder público a necessidade de investimento em programas habitacionais para a realocação de famílias que vivem em áreas de risco. Levantamento feito pelo IBGE em 2018 aponta que 22,38 milhões habitantes em Petrópolis estão em áreas de risco, e que 72.070 pessoas vivem em moradias que não estão seguras. Também são expressivos os números que fazem parte do Plano Municipal de Redução de Risco de Petrópolis: 234 áreas de risco alto e muito alto, o que corresponde a 18% do território do município. Nestas áreas vivem cerca de 47 mil pessoas.

O mapeamento das áreas de risco feito por uma empresa contratada pela prefeitura teve a primeira etapa concluída há 13 anos. Em 2007, o diagnóstico de áreas de risco e risco iminente existentes no primeiro distrito já apontava entre as áreas críticas, localidades afetadas nos quais vidas foram perdidas no último dia 15. Entre estas locais está o Rio da Oficina, onde pelo menos 51 pessoas morreram. Em 2017 o levantamento foi ampliado e considerou também dados dos demais distritos. Com isso, desde maio de 2017 o município tem um mapeamento dos cinco distritos (Centro, Cuzcuzinha, Rajava, Pedra do Rio e Pádua) apontando onde famílias convivem com os riscos de deslizamentos, escorregamentos, desmatamentos, inundações, entre outros consequências de desastres naturais.

"Os dados de Petrópolis são assustadores na demonstração de risco para moradia e ao mesmo tempo, assustadores na inércia para a solução desta situação. Não podemos pensar em plano de habitação somente como construção de moradas. É possível reduzir riscos com investimentos em infraestrutura? Temos corpo técnico que precisa estudar isso! Outro quesito é a falta de perspectiva do petropolitano pobre. O que resta é área de risco. O restante é proibido por proteção ambiental que não é cobrado do pobre porque investimentos grandiosos conseguem autorização com o que chamam de compensação ambiental. Não são temas no orçamento deste ano de 2022 recursos no município voltados para habitação. Sempre dependentes dos projetos do governo federal ou Estadual, que nem sempre respeitam as características da população, não são construídos de maneira a garantir o mínimo de conforto e qualidade de vida e ainda muitas as famílias sociais, rejeitando as pessoas de sua vizinhança, rotina, história", avalia a coordenadora executiva do CDDH, Carla Carvalho.

Engenheiro do CREA faz importância de planejamento e infraestrutura

O engenheiro do CREA, Luis Carneiro destaca a importância do planejamento do ordenamento por parte do poder público para minimizar o risco de perda de vidas humanas na cidade. "Em Petrópolis temos a ocupação desordenada de encostas. É preciso tirar as famílias das áreas de risco. A cidade tem uma geografia muito peculiar e, por isso, antes das construções é necessário avaliar o terreno, se ele está em área de declive, é preciso fazer a contenção e até a obra de contenção deve ser feita bem. Se a contenção estiver em área plana, é preciso atenção à drenagem. O projeto precisa estabelecer como será a drenagem para o escoamento da água", explica, lembrando que no caso de construções de unidades habitacionais populares, o poder público precisa dar especial atenção à infraestrutura de serviços.

"É preciso que haja todo um planejamento de infraestrutura, que se pense em escola, atendimento de saúde, que a parte social também seja considerada, pois, em tese, as pessoas acabam voltando a morar nas áreas de risco. É preciso que haja facilidade no deslocamento, para que as pessoas tenham transporte para o trabalho, por exemplo. Não é apenas construir moradias em locais seguros e colocar as pessoas lá. A infraestrutura é fundamental para que elas permaneçam nestes locais", pontua o engenheiro Luis Carneiro

Terrenos esperam construção de moradas populares há 11 anos

Ao passo que os estudos apontam necessidade de urgência para a realocação de moradores que vivem em áreas de risco, projetos para a construção de moradas populares não avançam na cidade. Há 11 anos, três áreas foram desapropriadas com este objetivo: um terreno no bairro Hosieta, um na região de Rajava/Berfiza e um no Vale do Cuiabá. Em 2011, uma outra área foi desapropriada, desta vez pela prefeitura, na localidade conhecida como Caibú. Semelhante, as unidades previstas para cada um destes terrenos são 1.628 moradas que abrigariam vítimas das chuvas, mas, não saíram do papel. Questionada, a prefeitura alega que os terrenos estão sob a responsabilidade do Estado.

O que diz o Estado

A Secretaria de Infraestrutura e Obras do Estado informou que desde 2011 foram construídos em Petrópolis 970 unidades habitacionais para vítimas das chuvas. Foram 776 apartamentos no Viveros Bivert, 144 no distrito da Pádua e 201 imóveis no Vale do Cuiabá. Em relação aos terrenos desapropriados após a tragédia, em 2011 a Secretaria de Estado informou que os projetos para construções estão sendo revisados. "Os terrenos foram perdidos pela Prefeitura em 2012, para a construção de unidades. Em 2018, o Estado pediu novamente os terrenos, para projetos que seriam do Minha Casa, Minha Vida. Com a descontinuidade do programa, o Estado está fazendo o sondagem e a topografia para elaborar não apenas o projeto habitacional, mas toda a infraestrutura", diz o Estado em nota.

A Secretaria de Infraestrutura e Obras do Estado informou os terrenos fazem parte de um pacote de obras a serem executadas - um total de 1.038 unidades habitacionais em quatro áreas da cidade. O terreno denominado "Caibú" foi adquirido pela Prefeitura de Petrópolis em 2013 por R\$ 2,2 milhões. Ainda segundo o Estado, o chamamento público para a realocação de áreas nesse terreno ocorreu na prefeitura em 2018 para construção de 720 unidades habitacionais. Na semana passada a prefeitura informou que a área no Caibú está sendo novamente cedida ao Estado para a construção de moradas. Uma nova análise está sendo feita no local, em função de questões ambientais.

Em relação aos terrenos de Hosieta, Rajava/Berfiza e Vale do Cuiabá, o Estado informou que as áreas foram desapropriadas em 2011 e disse que realizou chamamentos públicos para estas obras em 2011 e 2012 para construção respectivamente de 140, 120 e 40/48 unidades habitacionais. Os chamamentos foram fracos. O estado informou ainda que "em 2013, o prefeito Rubens Bontempo - atual prefeito - solicitou a cessão dos terrenos para que o município construísse as unidades habitacionais. O Estado retomou em 2018, onde editou novos chamamentos. Entretanto, devido aos distúrbios e descontinuidade do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) estas unidades não foram construídas", diz o Estado em nota.

O que diz a Prefeitura

A Prefeitura de Petrópolis informa que entre os anos de 2001 a 2008 foram quase 400 unidades habitacionais entregues no Castelo São Manoel (em Centro), Rua Corá (Quatzenhah), Carangola e Pedras Brancas.

Após a tragédia de 2011, o governo do Estado anunciou a construção de 720 unidades habitacionais no Caibú (Centro), 120 no Berfiza (Rajava), 40 no Caibú (Rajava) e 140 no Hosieta. Desse total, apenas 50 casas foram construídas até o momento em um terreno doado pela iniciativa privada.

Os terrenos da Hosieta, Berfiza (Rajava) e Vale do Cuiabá são de responsabilidade do Governo do Estado, que os desapropriou.

Com relação ao terreno do Caibú, em Centro, a Prefeitura informou que em 2014 fez o primeiro chamamento público para a contratação de empresa que faria a construção das casas. O chamamento aconteceu e a empresa chegou a ser contratada. No entanto, o Ministério do Desenvolvimento Regional (à época chamado de Ministério das Cidades), responsável pela venda para a construção das casas, não deu andamento ao processo.

Em 2016, a Prefeitura de Petrópolis fez um segundo chamamento, que também não foi levado adiante pelo governo federal. Em 2018, o município fez nova licitação, também sem sucesso.

Ainda segundo a prefeitura, o déficit habitacional e a ocupação de áreas de risco, algumas habitadas desde os anos 1900/1960, são problemas crônicos e históricos em Petrópolis. A prefeitura informa ainda que neste momento, se concentra na assistência aos desabrigados, na devolução de ver e tempo das locais afetadas e no acompanhamento das famílias pelos desaparecidos, coordenadas pelo Corpo de Bombeiros.

"Não sabemos que o problema de grande desigualdade social que existe no Brasil impede que as pessoas possam ascender e melhorar de vida, isso é uma realidade. Cabe ao uma marca pública econômica para reverter tudo isso. As pessoas não moram em área de risco não porque elas querem, é simplesmente porque, historicamente, o povo mais pobre desse país não teve a mesma oportunidade de que tiveram o poder de alguma forma", pontua o prefeito Rubens Bontempo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário de Petrópolis/RJ